

## LIDERANÇA BRASILEIRA NA UNASUL ATRAVÉS DO CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO

Rami Marques Nuñez\*

**RESUMO:** A UNASUL é um novo bloco sul-americano que visa a integração dos países do continente. Há dificuldades sociais, econômicas e políticas a serem resolvidas para a prosperidade das nações. Um dos seus principais órgãos é o Conselho de Defesa Sul-Americano, objetivando manter a soberania dos países e zelar pela segurança da região. Nesse contexto, o Brasil, maior país da América do Sul, tenta firmar sua liderança na região.

**PALAVRAS-CHAVE:** UNASUL, Integração Sul-Americana, Liderança do Brasil

***ABSTRACT:** UNASUL is a new South-American intergovernmental union that aims the integration of the continent's countries. There are social, economic and politics difficulties to be resolved in name of the prosperity of the nations. One of its main organs is Conselho de Defesa Sul-Americano (South-American Defense Council), to maintain the sovereignty of countries and ensure the security of the region. In this context, Brazil, the largest country in South-America, attempts to consolidate its leadership in region.*

***KEYWORDS:** UNASUL, South American Integration, Leadership of Brazil*

### Introdução

O artigo tem como objetivo analisar a união sul-americana sob a ótica do recém criado UNASUL – União das Nações Sul-Americanas -, focando no recém-criado Conselho de

---

\*\* Aluno do 5º semestre de Relações Internacionais com Ênfase em Marketing e Negócios pela Escola Superior de Propaganda e Marketin (ESPM).  
E-mail: rnunez@acad.espm.br

Defesa Sul-Americano, e tendo como perspectiva avaliar a possível liderança do Brasil, maior país em potencial econômico, populacional e territorial dentre as nações que fazem parte do acordo. Partindo destas ideias, descrever as origens, a estrutura, os projetos e as potencialidades deste tratado que prevê nuances como uma zona de livre comércio no continente.

Tudo isso ligado às razões que levaram a criação da mesma, bem como os empecilhos – políticos, sociais e econômicos – que podem atrapalhar o desenvolvimento deste bloco. Para a análise, embasar em teóricos de diferentes vertentes ideológicas, procurando tornar o trabalho o mais plural e verdadeiro possível.

Tal assunto, tão pouco discutido na mídia nacional, é de vital importância para o desenvolvimento do continente, e será um desafio especial para o Brasil, que vive um momento de pujança econômica e tem a perspectiva de se firmar como um líder continental. A magnitude da grandeza brasileira é vista claramente, bem como as desproporções continentais, tornando a liderança brasileira um processo natural. Mas como se dará esta liderança do único país de língua portuguesa e as melhores maneiras de ela ser bem aceita pelos países vizinhos, sem criar desgaste excessivo, são questões a serem estudadas com antecedência.

Zelar pelo multiculturalismo do continente, sem preconceitos, e conciliar no mesmo bloco potências tão díspares em se tratando de poder e distribuição de renda são outros desafios da Unasul, que tem um cenário unipolar na visão de alguns estudiosos do tema. Equilibrar o uso das forças armadas com a irrevogável lei dos direitos humanos e saber contornar as disputas de forças são outros tópicos tratados pelo projeto.

## 1. **Unasul**

UNASUL significa União das Nações Sul-Americanas e reúne todos os doze países do continente sul-americano (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela). Guiana Francesa e Ilhas Falkland não fazem parte, por não serem autônomos. Os países que compõem o bloco somam mais de 360 milhões de habitantes e possuíam um PIB de aproximadamente US\$2.550.000.000,00, conforme dados de 2006 (CEPAL, 2006).

Foi primeiramente proposto em 8 dezembro de 2004, na III Reunião de Presidentes da América do Sul, em Cusco, no Peru. Foi redigido um documento sob o nome de Declaração de Cusco e que tinha três pilares principais: a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CSN), o desenvolvimento integrado da região e os projetos exercidos pela CSN.

Já ali foram declarados tais projetos, que incluíam consulta e coordenação comum da diplomacia; desenvolvimento de uma zona de livre comércio e conseqüentemente acirramento dos laços entre Mercosul, Comunidade Andina, Chile, Guiana e Suriname; integração física, energética e de comunicações com aproveitamento responsável dos recursos; simetria nas políticas rurais, como a que concerne a do agronegócio; transferências de tecnologias científicas, educacionais, culturais e no que trata dos mecanismos de defesa de um país; e por fim a integração entre sociedade e empresas, com estas se comprometendo a exercer responsabilidade social corporativa. Com isso, o objetivo era o de evitar a duplicação de esforços, pois as ações conjuntas tendem a resultar em menor custo financeiro.

O nome atual só foi concebido em 16 de abril de 2007, durante a I Cúpula Energética Sul-Americana, ocorrida na Ilha da Margarita, situada no Caribe Venezuelano. O anúncio foi dado à imprensa pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez.

O Tratado Constitutivo foi assinado dia 23 de maio de 2008, em Brasília, no Brasil, na ocasião da Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo de Nações Sul-Americanas. Com isso, a Unasul passa a ser um organismo internacional oficialmente, por ter personalidade jurídica e ganhar meios institucionais para realizar seus objetivos. A presidência do órgão será temporária (Presidência Pro Tempore), com duração de um ano, e rotativa entre os líderes das nações. Seu primeiro líder é Rafael Correa, do Equador, e sua sede será em Quito, capital equatoriana. Agora para entrar em vigência é necessária a chancela de nove dos doze países signatários, que ocorre no parlamento de cada país. Bolívia, Equador, Guiana, Peru, Venezuela e Argentina já ratificaram o acordo.

No campo econômico, palco de discrepância entre os membros, foi proposta a criação do Banco do Sul, órgão propulsor de investimentos, mas que exigiria dos países a adoção de uma política macroeconômica simétrica, além da ainda não definida quantia financeira que cada país precisaria desembolsar. Outro sólido obstáculo que se busca solução é no campo de segurança militar, pelo qual houve a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano.

De qualquer forma, a Unasul já é uma realidade e ocupa um espaço carente no continente que é o de uma instituição supranacional. Normal que já enfrente empecilhos

também, naturais de uma região tão complexa, com visões políticas, níveis de cultura, amalgamada em longo roteiro histórico, e desenvolvimento tão díspares, mas que devem ser enfrentados, independentes dos líderes que ocupem o cargo, pelo bem do futuro da América do Sul.

## 2. **Conselho de Defesa Sul-americano**

O interesse principal da Unasul é o de integração e cooperação sul-americana, relevando a um segundo plano temas econômicos (informação verbal).<sup>1</sup> O temor é o de a globalização ameaçar a segurança e a integridade da região. Para tanto, foi proposto pelo Brasil em abril de 2008 a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), aprovada em dezembro do mesmo ano e que tem um papel importante na crescente institucionalização da arquitetura organizacional do bloco. Esta é a primeira instituição especializada em Defesa que integra todos os países do continente sul-americano. O intuito é o de definição de uma agenda única em segurança, termo subjetivo, principalmente após os atentados de 11 de setembro de 2001.

Com a forte inclusão deste tema de Defesa dentro da Unasul, surgiu uma preocupação entre alguns analistas. Para Eurico de Lima Figueiredo, a palavra Defesa implica entender que só se defende quem será atacado, e ele põe em reflexão o surgimento de uma guerra. Os EUA, superpotência militar, mantém a mesma média da Inglaterra quando esta era a força hegemônica: uma guerra a cada três anos. A presença das forças militares estados-unidenses na região, portanto, acende um sinal de alerta entre as nações. Os maiores riscos atuais encontram-se nas questões ambientais e na escassez de energia, fruto das industrializações constante dos países do Norte (informação verbal).<sup>1</sup>

Justamente a América do Sul é um local de abundantes recursos naturais e menos dependente da economia dos Estados Unidos da América (EUA), caso da América Central e Caribe. Por isso, ganhou força a corrente dos anos 1990 que defendia o conceito de integração sul-americana em detrimento da latino-americana. Mas isso ainda não torna a América do Sul tema central da agenda da política externa norte-americana, que possui ocupações maiores

---

<sup>11</sup> Notícia fornecida por Javier Ponce no I Encontro Sul-Americano de Estudos Estratégicos, no Rio de Janeiro, em Novembro de 2009.

principalmente na Ásia Central, no que concerne ao petróleo e ao terrorismo (informação verbal).<sup>2</sup>

A questão do mecanismo decisório de funcionamento do Conselho, elemento imprescindível em qualquer análise sobre órgãos, instituições, colegiados e organismos internacionais, é o de consenso. Isto é, se o processo elencado pela CDS foi esse, significa então que as decisões só podem ser prolatadas pelo mesmo se forem com a plena anuência dos doze países. Esta forma de tomada de decisão é de uma grande complexidade, especialmente quando se observa uma América do Sul cada vez mais dividida politicamente. Ou seja, o mecanismo encontrado de decisão do CDS não privilegia, por exemplo, o peso do Brasil como maior economia, maior força armada, maior população e maior área física e territorial na América do Sul ao equivaler seu voto ao mesmo patamar de países com menor expressão neste contexto, como Guiana e Suriname. Há profunda assimetria, desta forma, neste mecanismo. Portanto, é de difícil interlocução essa morfologia decisória, podendo, inclusive, gerar problemas futuros de agilidade e de coesão ao CDS em questões essenciais e de interesses estratégicos (CASTRO, 2009).

## 2.1 Militarização do continente

Outro aspecto importante do Conselho é a corrida armamentista de alguns países do bloco. A Venezuela comprou 24 aviões de caça da Rússia e pretende adquirir mais 26. Além disso, a Rússia comprometeu-se a abrir uma fábrica de armas em território venezuelano, ensinando tal país as técnicas para construção das mesmas, bem como o vendeu 100 mil fuzis, ao mesmo tempo em que os Estados Unidos se recusaram a abrir uma discussão sobre venda de peças de outros aviões que a Venezuela teria interesse. O Brasil negocia a compra, incluída aí a tecnologia necessária para construção de novos, de 36 caças supersônicos, disputadas por empresas sueca, norte-americana e francesa, além dos já adquiridos helicópteros e submarinos, em um negócio que gira em torno dos R\$28 bilhões. Por fim, o Plano Colômbia<sup>3</sup>,

22 Notícia fornecida por Eurico de Lima Figueiredo no I Encontro Sul-Americano de Estudos Estratégicos, no Rio de Janeiro, em Novembro de 2009.

3 Criado em 2000, é o eixo central da política de segurança dos EUA na região sul-americana. Já foram investidos US\$7.5 bilhões no projeto, sendo 55% deste valor para as Forças Armadas

criado pelos EUA, e que prevê uma forte militarização norte-americana na Colômbia, declarado oficialmente como uma medida que visa a combater e desmantelar a produção e o tráfico de cocaína em toda região, problema grave da região, acobertado por vários participantes até mesmo das Forças Armadas dos países da região andina. Além disso, o plano visa enfraquecer as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN), denominados de terroristas pelos governos colombiano e estados-unidenses. Há um respaldo praticamente irrestrito da população colombiana a esse projeto, que mostra disposição em ignorar os imensos custos políticos por estar cansada do extenuante conflito civil que assola a nação há décadas.

O retrospecto recente confronta com a pacificação típica do continente, o que menos gasta em militarização de guerra e sem nenhum histórico de disputa por poderio bélico (O DIA, 2006). A criação deste conselho parece mais distante quando analisados que muitos destes armamentos são contestados pelos próprios países do bloco. No caso do uso de bases colombianas facultadas por norte-americanos na Colômbia, por exemplo, surgido após a controvérsia de este país ter invadido território equatoriano para capturar um dos líderes das FARC e que gerou muita controvérsia. A Venezuela, por intermédio de seu presidente Hugo Chávez, que já havia criticado o presidente colombiano Álvaro Uribe com palavras como “mentiroso, criminoso e mafioso”, além de ter esvaziado a embaixada do seu país em Bogotá, capital da Colômbia, e proteger a fronteira entre os países, falou à imprensa que as bases poderiam provocar uma guerra na região. A Colômbia, isolada politicamente na região, manteve o tom hostil das declarações, anunciando que os governos de Venezuela e Equador têm ligações que os envolvem com as FARC, e que as bases que ficarão em usufruto de norte-americanos são para resolver um problema interno e não irão afetar de forma alguma a soberania dos outros países. Mesmo assim, pediu desculpas oficialmente pela incursão indevida em área equatoriana (G1, 2008). O Brasil também questionou as bases da região, mas aceitou os argumentos do presidente colombiano, apesar do presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva questionar publicamente o acordo, principalmente pela Colômbia não ter dado garantias por escrito que as bases em posse de norte-americanos não servirão para atacar os outros países da região.

Exatamente aqui entra uma questão fundamental do CDS: informação. O CDS prevê troca de tecnologia militar entre seus membros, bem como obrigatoriedade de explicação sistemática, e não mais apenas esporádica, das intenções e capacidades do exército militar de cada país. Isto reforça a ideia de segurança, pois com informação é possível avaliar os factíveis objetivos de determinadas ações, fomentando a confiança dentro do bloco.

Outro empecilho forte da região concerne à perda de território por parte da Bolívia, desde sua fundação em 1835 até 1935, com o término da Guerra do Chaco<sup>4</sup>, passando por outros conflitos nesse período, que o fizeram ficar sem acesso ao mar, por perder seu espaço físico litorâneo. País instável, com mais de 200 golpes e trocas de governo com uso de força desde sua fundação (REYES, 2009), reivindica junto ao Chile uma saída junto ao Oceano Pacífico, que não aceita perder território. As relações entre os países são apenas da ordem consular desde 1978.

Se tais enclaves não forem fatalmente resolvidos, fica difícil crer na legitimidade de um órgão que propõe ações conjuntas na ordem de defesa e segurança estatal, ficando apenas renegado a um pouco proveitoso fórum. Deve ser exterminado qualquer foco de conflito interno, pela vontade política e dos atores deste cenário do projeto sul-americano. A mobilização conjunta depende de curar feridas do passado para avançar visando o futuro, onde possa ter uma força de paz ágil, móvel e unida.

### 3. Brasil como líder do bloco

*A diferença entre um chefe e um líder: um chefe diz, 'Vá' - um líder diz, 'Vamos!'*  
(George E. M. Kelly, 1958)

A política externa brasileira em vigência mostra uma inconformidade com a atual ordem internacional. A retomada da cooperação Sul-Sul, favorecida pelo excelente momento de países e blocos emergentes, evidencia uma realocação do Brasil no cenário global. Neste contexto, o país tem se proposto a mediar conflitos e lança a missão de sua diplomacia à integração sul-americana, crendo que o caminho de desenvolvimento do Brasil passa por uma união de forças dos países vizinhos (SEITENFUS, 2008, p. 55).

---

4 Conflito armado entre Bolívia e Paraguai entre 1932 e 1935, onde os últimos ganharam o território denominado Chaco Boreal, após um saldo de aproximadamente 90 mil mortos. A disputa eclodiu após a descoberta de petróleo no local.

Para tanto, é fundamental que essa ambição de liderança brasileira na construção do fortalecimento do continente sul-americano seja refletida em sua posição na Unasul, que chegou para assumir o cargo de bloco mais importante da região. Credenciais sólidas o Brasil possui, com a maior população e a maior economia dentre as nações do bloco, atingindo a marca de 70% do PIB total do Mercosul. A Unasul surge como um local onde o país tem a possibilidade de sentar e discutir com os demais líderes para tentar a integração, com os líderes vis-à-vis (D'ARAÚJO, 2009).

Importante fazer a análise de que a Unasul tem como uma de suas cláusulas pétreas a estabilidade democrática dos participantes. Tal fato contribui para a estabilização da região, e o Brasil aproveita esse momento para reforçar a sua imagem de potência emergente que há anos possui estabilidade política.

### **3.1 História dos blocos sul-americanos e participação brasileira**

A situação latino-americana no início do século XXI aponta para três cenários possíveis: uma integração regional autônoma (...); um colapso e desintegração generalizados (...), ou uma espécie de absorção pelos Estados Unidos (VISENTINI, 2004).

Só de o Brasil participar deste bloco já é considerado uma vitória diplomática, tendo em vista que em vários momentos da história, foi proposta uma integração regional sem a participação brasileira, como a formulada por Simón Bolívar<sup>5</sup> no século XIX, que defendia um projeto de integração hispano-americano, que foi derrotado (ROSSATO, 2004). Na época, tais ideais de influência francesa foram vistos como uma ameaça ao Império Brasileiro, temeroso de que formassem ali uma coalizão antibrasileira.

Houve também outros projetos geopolíticos em que o Brasil fazia parte, mas não era o líder, como o formulado pelos EUA em 1881, chamado de Pan-América. Nele, os estados latino-americanos fundiam-se com os norte-americanos para criar um continente (América) sob primazia estadunidenses. Diferenciava-se do bolivariano por não ser considerado um leito cultural, mas sim na visão de destino compartilhado da América sob o pensamento da 5 Venezuelano nascido em 1783 que liderou revoluções de independência na Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia. Defendia que as nações deviam ser livres, além da união dos países andinos.



Doutrina Monroe<sup>6</sup> (MAGNOLI, 1997, p. 198). Tal projeto é considerado uma resposta à busca francesa, comandada por Napoleão III, que tentava em 1862 (com a Guerra Civil crepitando nos EUA) restabelecer a força da França no mundo, combatida desde os conflitos sob o regime de Napoleão Bonaparte, investindo na América Central. Para tanto, colocou um líder de sua confiança no poder do México, o austríaco Maximiliano, que se tornou imperador do país americano, após intervenção militar francesa (BETHEL, 2004). Mas o governo mexicano cai em 1867 e à França resta a influência cultural, sem possibilidade de estabelecimento de uma nova ordem geopolítica na região.

No Brasil, há a percepção de realidade para a proposta Pan-Americana. O diplomata Barão de Rio Branco<sup>7</sup> define a relação do continente dez anos antes da I Guerra Mundial: liderança dos EUA, mas com a América dividida em três: EUA, países hispanos e Brasil. Com isso, estabelece que o melhor que o país deveria fazer seria tornar-se um parceiro dos EUA, maior consumidor das exportações brasileiras na época, e intermediário da relação entre este e a América do Sul. Rio Branco acreditava que seria impossível o Brasil exercer influência contundente na América Central, justo no momento da criação do Canal do Panamá<sup>8</sup> (CONDURU, 1998).

Essa relação mantém-se através dos anos, mas há mudanças recentes neste quadro de relações interestatais:

- pós Guerra Fria: sobrevive a Organização dos Estados Americanos (OEA)<sup>9</sup>, mas sem objetivos bem definidos. Sobra o pilar da manutenção da democracia, sob o qual Hugo

---

6 Proposta pelo então presidente norte-americano James Monroe em 1823, era uma série de propostas que defendia a independência, autonomia e liberdade da América.

7 Seu nome era José Maria da Silva Paranhos Júnior, foi professor, político, diplomata, geógrafo e historiador. Assumiu o cargo de ministro de relações exteriores do Brasil em 1902 e seguiu até sua morte, em 1914, tendo passado pelo mandato de quatro presidentes, mantendo sua diplomacia independente do governo em voga no país.

8 Canal localizado no Panamá, na América Central. Construído e inaugurado pelos estados-unidenses em 1914, após mais de 10 anos de construção. Desde 2000, está sob o controle do próprio Panamá.

Chávez se apoiou quando deposto da presidência da Venezuela em 2002, e também Manuel Zelaya em Honduras em 2009, na mesma situação;

- retenção estratégica dos EUA: por temer o acirramento de hostilidade e do sentimento antiamericano, o país aceita que outros ocupem espaços e exerçam funções que outrora deveriam ser atuados por ele. Com isso, abre a chance do Brasil negociar maior participação, como já visto nos casos das tropas militares no Haiti ou na crise de Honduras;

- fator Hugo Chávez: presidente venezuelano tenta criar uma unidade Latino Americana contra os EUA, se baseando nos planejados por Simón Bolívar. Tal quimera já o fez taxar as FARC como um “exército bolivariano legítimo” (MAGNOLI, 2009). Essa postura causa atritos do seu país com a Colômbia, e em menor escala, com o Peru.

### 3.2 **Brasil conciliador**

O Brasil tem uma longa e honrosa tradição pacífica, que é um galardão diplomático de nosso país, desde o Barão do Rio Branco. Cooperar para impedir a proliferação de armas nucleares é uma tarefa condizente com essa tradição e (...) um imperativo constitucional e moral de qualquer governo brasileiro (LAMPREIA, 2010).

Para concretizar a cooperação proposta pelo bloco é necessária a integração entre empresas, independente da ideologia ou da corrente política dos líderes dos países. O objetivo deve ser o de um favorecimento econômico real a todos. Acordos comerciais e a criação de um mercado comum, passos mais difíceis de serem dados, ficariam apenas para o próximo estágio, tal qual foi feito pela União Européia (UE), que primeiramente fez acordos nos campos energéticos e de infra-estrutura. Para isso, o Brasil precisará de alguns sacrifícios. A liderança brasileira encontra fortes contestações, e em vários casos o Brasil vem cedendo em discussões para ganhar força a ideia de legitimação do papel que aspira.

---

9 Organização internacional criada após o fim da II Guerra Mundial (1948) e apenas dois anos após a criação da ONU. Possui 35 países do continente americano. Cuba foi suspensa em 1962 por seu governo ser de vertente marxista.

O Brasil aceitou renegociar o Tratado da Usina de Itaipú<sup>10</sup> com o Paraguai, aumentando o valor pago ao último; também assistiu impávido a Bolívia nacionalizar seu gás, prejudicando fortemente empresas estatais brasileiras, como a Petrobrás, dentre outros casos que envolvem Equador e Venezuela. Em todos os casos o Brasil atua como se fosse um refém, recusando negociações e exercendo um papel político inoperante. Mas tal caminho encontrará cobranças posteriormente.

A guinada de direção da diplomacia brasileira, voltando-se a região nas últimas décadas, além de atender uma antiga necessidade de ampliar a capacidade de resistência diante do poder internacional, faz parte das novas realidades internacionais que o Brasil sempre ambicionou e tornam-se cada dia mais reais após o Plano de Estabilização Monetária de 1994.

O protecionismo crescente e as novas realidades internacionais tornaram as relações com a Comunidade Européia e com o Japão mais difíceis, enquanto a crise do campo soviético e do Terceiro Mundo inviabilizou, ao menos temporariamente, a manutenção de vínculos privilegiados com estas regiões. Da mesma forma, a ordem regional estabelecida no Oriente Médio após a Segunda Guerra do Golfo encerrou as possibilidades de relações estratégicas com essa área (VISENTINI, 2004, p.150).

E quando o momento de definição da liderança da Unasul chegar, o Brasil deve ser firme e responsável, pregar a justiça, propor diretrizes que vão de encontro com os interesses comuns do bloco e não agir com medidas verticais.

## **Considerações finais**

---

<sup>10</sup> Usina hidrelétrica que opera desde 1984, construída no rio Paraná, fronteira entre Brasil e Paraguai, mas paga inteiramente pelo governo brasileiro. O contrato assinado na época previa que ela seria dividida igualmente entre os dois países, e que se algum não usasse os 50% a que tem direito, se veria obrigado a vendê-lo ao outro país, caso esse aceitasse. Exatamente o que acontecia, com o Paraguai vendendo para o Brasil, que usa 95% da força total da usina. Mas com a pressão do presidente paraguaio Fernando Lugo, o governo brasileiro aceitou discutir valores, que estava previsto para ser reavaliado apenas em 2023, e aceitou pagar o equivalente ao triplo do que pagava, além de liberar a venda para outros países se assim desejasse o Paraguai.

Os países que compõem a Unasul possuem inúmeros interesses em comum, e por isso, por maior diferença que tenham entre eles, como já supracitado, são capazes de juntos aprofundarem projetos para desenvolvimento conjunto. Com a estabilidade democrática necessária para participar do organismo internacional em questão, evidencia segurança para a criação de novos órgãos internos, como o Conselho de Defesa Sul-Americano, um passo mais ousado proposto pelo governo brasileiro. Este seria o primeiro conselho deste tipo da região, e tem como princípio que estratégia de defesa está estritamente ligada ao desenvolvimento.

Hoje, tal bloco não possui um líder consensual, e emerge naturalmente o Brasil, por sua força. Mas a Venezuela, de Hugo Chávez, que possui uma vertente política muito mais próxima das nações vizinhas andinas de Bolívia e Equador, tenta ganhar espaço, apesar de ser escandalosamente menor, em PIB, população e território que a nação brasileira. A Argentina, reconstruindo-se após a crise que assolou o país em 2001, tem resistência à liderança brasileira também, e não apóia o Brasil entrar no cobiçado Conselho de Segurança da ONU como um membro permanente, porque ela própria ficaria de fora. A política externa brasileira tenta ser conciliadora nestas questões, mas tal postura muitas vezes não funciona, e provoca rugas dos dois lados envolvidos, como no caso em que o presidente Lula questionou não só as bases da Colômbia, como também a compra de armamentos russos pela Venezuela em plena conferência da Unasul.

Mas nas questões que envolvem os países da região contra os de outro continente, o Brasil tem incentivado o diálogo e a tolerância, mas posiciona-se sistematicamente a favor dos vizinhos, como no impasse Argentina-Grã-Bretanha sobre as Ilhas Malvinas, também conhecidas como Falkland Islands, que teve sua disputa reaquecida após o anúncio do governo britânico de explorar petróleo no arquipélago.

Uma América do Sul unida mexeria com o tabuleiro no jogo de poder global e seria a realização de um sonho de vários sul-americanos, exaustos dos entraves que se arrastam através dos séculos na região e que já provaram seu insucesso de prosperidade. Com isso, seria possível efetivamente atacar cânceres da região: o narcotráfico, a burocracia e a corrupção. E mesmo este organismo sendo multipolar, é necessário a proeminência de alguma nação, local que o Brasil deve aproveitar para se reinserir de forma definitiva como uma potência regional, planando o terreno para ambições ainda maiores, sendo um país consolidado em uma região forte, estável e democrática.

## Referências bibliográficas

- BETHELL, Leslie. **História da América Latina - III**. São Paulo: EDUSP, 2004.
- CASTRO, Thales Cavalcanti. As macroconfigurações internacionais e a geopolítica da segurança coletiva regional: o Conselho de Defesa Sul-Americano e o Brasil. In: I Encontro Sul-Americano de Estudos Estratégicos, 2009, Rio de Janeiro. **Anais de Congresso**.
- CEPAL. Consulta de dados da América Latina. Santiago, Chile, 2006. Disponível em: <<http://websie.eclac.cl/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?idAplicacion=1&idTema=1&idioma=>>>. Acesso em 14 jun. 2010.
- CERVO, Amado Luiz. **Relações internacionais da América Latina**: velhos e novos paradigmas. São Paulo: Saraiva, 2007.
- CONDURU, Guilherme Frazão. O subsistema americano, Rio Branco e o ABC. **Revista brasileira de política internacional**, São Paulo, v.41, p.59-82, 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291998000200004&script=sci\\_arttext&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291998000200004&script=sci_arttext&tlng=en)>. Acesso em: 27 jun. 2010.
- D'ARAÚJO, Maria Celina et al. **Defesa, segurança internacional e forças armadas**. Campinas: Mercado das Letras, 2009.
- G1, Rio de Janeiro: Central Globo de Jornalismo, 01 dez. 2008. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL335062-5602,00.html#a\sd>>. Acesso em: 29 jun. 2010.
- KISSINGER, Henry et al. **A nova América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- LAMPREIA, Luiz Felipe. A proliferação de armas nucleares. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 07 abr. 2010.
- MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria**: imaginação geográfica e política externa do Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- MAGNOLI, Demétrio. A guerra sul-americana de Chávez. **Estadão**, São Paulo, 08 ago. 2008.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/search?SearchableText=unasul>>. Acesso em: 24 jun. 2010.
- O DIA, Rio de Janeiro: Grupo O DIA de Comunicação, 18 jun. 2006. Diário. Disponível em: <<http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/arq/ODIA180606.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2010.

REYES, Fernando Siliano. As perdas territoriais do estado boliviano. **GEOSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, Edição Especial, p.161-181, 2009.

ROSSATO, Elisiane Rubin. **A nacionalização e a regionalização na formação da identidade Latino-Americana**, 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/mila/publicacoes/reppilla/edicao01-2004/2004%20artigo%202.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2010.

SEITENFUS, Ricardo. Líder solidário ou potência egoísta? Os dilemas do Brasil frente ao novo Paraguai. **Revista brasileira de política internacional**, São Paulo, v.1, p. 47-58, 2008.

UNASUR. Disponível em: <<http://www.pptunasur.com/inicio.php?idiom=1>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **O descompasso entre as nações**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.